

Recebendo lições

O Brasil — sucessivos governos e boa parte de sua elite intelectual — tem repetido lições após lições na busca da fórmula ideal para realizar sua estabilização monetária. Algumas delas, por ser simples, produziram efeitos; outras, por desconsiderar, entre outros fatores, os investimentos necessários para atender ao crescimento da população, não se adaptaram à realidade. Outras houve, finalmente, que simplesmente foram desastrosas.

Hoje, para mal de nossos pecados, continuamos a receber lições — e as reações internas são as mais variadas possível. Há os que as levam a sério e desejam aplicá-las. Há os que ainda pensam em termos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) dos anos 50. Há os que ainda imaginam possível conciliar mercado e protecionismo. Há os que se servem das lições do liberalismo para abusar. Enquanto isso, os países vizinhos chegaram mais rapidamente a algumas conclusões e as estão pondo em prática.

O Brasil, dada a diversidade de opiniões no Executivo, no Congresso e na sociedade intelectual, hesita entre os caminhos a seguir. E recebe lições.

A última delas nos foi dada pelo presidente Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, líder social-democrata: é preciso resolver a questão da dívida externa, e sua solução passa pelo fim dos subsídios de qualquer espécie, especialmente o tarifário. Mais

ainda: o desenvolvimento da América Latina só será possível se se eliminarem as barreiras protecionistas que criam "mercados cativos (...) uma economia artificial, cada vez mais corrupta". Os mais audazes, no Brasil, acusam o sistema "cartorial" que protegeu uma indústria tecnologicamente ineficiente que produz a custos proibitivos. Andrés Pérez dá-lhe o nome correto: "economia corrupta" — corrupta porque cria, segundo S. Exa., privilégios para privilegiados.

Carlos Andrés Pérez não condena, abstrata e teoricamente, a concessão de subsídios para manter preços baixos e, assim, favorecer o populismo estatizante e levar seu partido, a Ação Democrática, a ganhar eleições. Ele cursou a escola da necessidade. Tão logo assumiu pela segunda vez a presidência, defrontando-se com essa "economia corrupta", decidiu disparar um tiro contra a inflação: eliminou os subsídios, aplicou um tarifaço de enormes proporções, enfrentou a oposição de seu partido no Congresso e a revolta popular nas ruas; fez a reforma fiscal, reduziu brutalmente as tarifas alfandegárias que favoreciam a "economia corrupta". O governo venezuelano não esconde os números: o programa de estabilização elevou o nível de preços ao consumidor



em 84,5% em 1989 — mas em 1990 a inflação tinha caído para a taxa anual de 36,5% e para este ano se estima que caia ainda mais, chegando a 25%. O PIB cresceu, a taxa de desemprego diminuiu, o superávit do setor público aumentou, e as reservas cambiais subiram de US\$ 11,5 bilhões para US\$ 14 bilhões (estimados). O sacrifício da popularidade — respaldado num programa sério e

na convicção da imoralidade que é manter preços baixos à custa de subsídios para os privilegiados — se revelou fugaz.

O presidente Andrés Pérez sabe que a situação da América Latina não é privilegiada no contexto mundial. Longe, porém, de queixar-se do abandono a que o Sul se vê relegado, realiza esforços de integração, primeiro com os países andinos, depois com o Brasil, a fim de criar alternativas para a América Latina. Essa integração, porém, como sabemos, só se poderá realizar quando houver, entre os países contratantes, tarifas alfandegárias senão iguais, pelo menos muito próximas umas das outras. Ora, as tarifas venezuelanas são mais baixas que as brasileiras, que apenas em 1994 alcançarão nível semelhante às da Venezuela. Daí a idéia de se criar uma zona de livre comércio em que se cobrarão tarifas praticamente idê-

ticas para os produtos dos dois países.

Há, na visita de Carlos Andrés Pérez, outra lição a ser aprendida: o tratamento que a Venezuela concede aos capitais estrangeiros, mesmo naquelas áreas em que o nacionalismo oligárquico brasileiro — o favorecido pela "economia corrupta" — considera estratégicas. No setor financeiro, os bancos estrangeiros têm tratamento de nacionais; no setor do petróleo, nada impede que a Braspetro explore as riquezas naturais venezuelanas.

Em suma, Andrés Pérez fez uma revolução. E veio dar-nos, sem nenhuma pretensão de exibir sabedoria, as lições de como proceder.

A rigor, a parte mais pesada da lição deve ser feita pelo Congresso Nacional, onde as resistências à modernização de mentalidade são maiores. No Executivo, a convicção de que é necessário agir para integrar a economia brasileira na América Latina e no mundo parece ter conquistado posições — mas o convencimento de que se faz mister arrostar a impopularidade ainda não chegou ao presidente da República. Talvez S. Exa. tenha em mente que a grandeza territorial do País e o tamanho de sua população impõem soluções menos drásticas.

O problema é saber se o atraso e a pouca profundidade das reformas não acabarão tornando-as todas inviáveis. Por força do tempo.